



**ATA 1758ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos quinze dias do mês de março de dois mil e quatorze, às nove horas, realizou-se a
2 milésima setingentésima quinquagésima oitava reunião Plenária Ordinária do
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 23 (vinte e três) conselheiras(os), sendo
5 essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto,
6 Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de
7 Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia,
8 Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Maria Ermínia Ciliberti,
9 Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Camila de
10 Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Livia Gonsalves Toledo, Maria das
11 Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida
12 Piva, Sandra Elena Sposito, Sergio Augusto Garcia Júnior e Silvio Yasui. **ORDEM DO**
13 **DIA: I) INFORMES - 1.1) Justificativa de ausências** - Foram consideradas as
14 justificativas de ausência das (os) demais conselheiras (os): Ana Paula Porto Noronha,
15 Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Ana Maria Falcão de Aragão, Bruno Simões
16 Gonçalves, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel da Silva e Luiz
17 Eduardo Valiengo Berni. **I) PROJETO ESCUTA - REUNIÃO CRP06 E AASPTJ-** A
18 conselheira Adriana Eiko Matsumoto informa que ocorreu no dia 12 de março uma
19 reunião telefônica para discutir o Projeto da Escuta. Participaram da reunião as(os)
20 conselheiras(os) Adriana Eiko Matsumoto, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Luís
21 Fernando de Oliveira Saraiva e Regiane Aparecida Piva. Adriana relembra que o CRP-
22 SP há alguém tempo vem discutindo sobre escuta de crianças em situação de
23 violência. Esse debate está bastante aquecido no Sistema Conselhos. Na reunião
24 telefônica foram feitas as seguintes propostas de encaminhamentos: a) Reunião com
25 Núcleo de Apoio do TJ para ter informação sobre a implantação das salas especiais e
26 as condições éticas do exercício profissional (Elaborar um roteiro); b) Reunião (Roda
27 de Conversa) com psicólogos do TJ que atuam em salas de escuta especial para ouvir
28 questões e levantar quais as demandas. Com possibilidade de realizar mais conversas
29 posteriores com psicólogos que atuam na justiça; c) Elaborar nota do CRPSP
30 explicitando princípios éticos sobre escuta de criança e adolescente em situação de
31 violência no Poder Judiciário (sair do foro do Projeto e falar em princípios éticos que
32 devem ser mantidos); e, d) Em havendo dados de que há violação de direitos e
33 autonomia profissional e de ética: posicionamento sobre o Projeto em si. Adriana
34 explica que uma das primeiras ações seria a elaboração de uma nota, em que o CRP
35 SP não se posicionasse de forma contundente a respeito do projeto, contando apenas



36 os princípios éticos que devem ser resguardados. A Comissão de Orientação e
37 Fiscalização realizou um levantamento e detectou que foram realizadas 16 (dezesesseis)
38 consultas relativas ao tema no ano de 2012. Não há registro de consulta sobre esse
39 tema durante o ano de 2013. Aberto ao plenário para considerações: O conselheiro
40 Joari Soares de Carvalho contou que durante a gestão anterior, foi formado um grupo
41 com membros de diversos GTs e Comissões, pois o projeto estaria ligado a diversas
42 áreas. Era uma proposta de reforma administrativa do judiciário e do executivo.
43 Propunha as condições do atendimento na saúde, na delegacia, para subsidiar a
44 justiça. Comenta que se trata de um projeto que tem muitos recursos, é visado.
45 Regiane concorda com Joari e se coloca a disposição para ajudar a pensar em um
46 roteiro, de modo que seja explicitado que quando o CRP realizar contato com os
47 profissionais que lidam com a escuta, a intenção é o diálogo, e não de
48 averiguar/fiscalizar a conduta profissional. Gabriela Gramkow coloca que durante a
49 gestão anterior informou que acompanharia o projeto, na mesma linha posta por
50 Regiane, de acompanhar e dialogar, de estar ao lado da categoria. A nota proposta
51 não seria especificamente sobre a prática dos psicólogos na escuta. A nota será de
52 modo a orientar, mas que, neste primeiro momento, é para aproximar e entender as
53 práticas adotadas pelos profissionais. Coloca, no entanto, que a categoria vai
54 questionar se os trabalhadores sofrerão processos éticos ou não e que a nota não
55 esclarecerá isso. Joari Aparecido Soares de Carvalho comenta que é preciso
56 considerar as possibilidades de exercício na profissão, para verificar o modo que o
57 CRP deve se manifestar, pois não há unanimidade: há grupos muito contrários e
58 outros muito favoráveis. Para ele, o Conselho já foi cobrado e continuará sendo
59 cobrado em relação a isso. É necessário ter convicção da posição que será assumida.
60 Para Regiane Aparecida Piva, a postura é de que, assim como ninguém será
61 processado exclusivamente por trabalhar ou ter trabalhado em Comunidade
62 Terapêutica, o critério também valerá para a questão da Escuta: os profissionais não
63 devem sofrer processos éticos somente por ter participado da Escuta Especial. A
64 proposta é de tentar conhecer e verificar as condições éticas do trabalho. Vai além do
65 projeto em si: a questão da família, o direito da criança à convivência familiar. Foi
66 elaborado roteiro para a reunião com o Tribunal de Justiça. É necessário também
67 elaborar Nota. Ermínia Ciliberti informa que já haviam acertado que a Assistente
68 Técnica Mariana, da Subsede de Ribeirão Preto poderia acompanhar a questão.
69 Entende que devemos olhar a criança na linha do cuidado, porque a partir disso é
70 possível pensar na linha das notificações. Com a mudança de correlação com CFP,
71 faz-se necessário estudar como soltar Resoluções de Orientação pelo Regional, para
72 serem publicadas em Diário Oficial. A Comissão de Orientação e Fiscalização poderá
73 verificar esse procedimento. **Encaminhamento:** 1) As ações propostas durante a
74 reunião telefônica são aprovadas pelo plenário. 2) O Núcleo de Criança e Adolescente



75 e o de Justiça deverão elaborar Nota orientadora sobre a questão da Escuta Especial.
76 A Nota deverá ser repassada para considerações dos demais núcleos. Como subsídio
77 para a Nota, pode-se utilizar como fonte a nota revogada, já que apresenta os
78 princípios. 3) A Comissão de Orientação e Fiscalização deverá verificar o modo com o
79 Regional poderá lançar Resoluções Regionais e publicá-las em Diário Oficial. II)
80 **COMISSÃO DE ÉTICA – 1.1)** O conselheiro Gustavo de Lima Bernardes Sales
81 solicitou a inclusão de membro na Comissão de Instrução da Subsede de Campinas:
82 Débora Cristina Fonseca (CRP 06/48757). **Encaminhamento:** Referendada a
83 inclusão de Débora Cristina Fonseca na Comissão de Instrução de Campinas. **1.2)** A
84 conselheira Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso solicitou a inclusão de membro na
85 Comissão de Instrução da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira: Alice da Silva
86 Moreira (CRP 06/87816). **Encaminhamento:** O plenário aprova a inclusão de Alice da
87 Silva Moreira como membro da Comissão de Instrução da Subsede da Baixada
88 Santista e Vale do Ribeira **1.3)** A conselheira Mirnamar solicita sua exclusão, como
89 membro, da Comissão de Ética da Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira.
90 Encaminhamento: o plenário aprova a exclusão da conselheira Mirnamar Pagliuso da
91 Comissão de Ética da Subsede. **1.4)** Mirnamar Pagliuso solicita a exclusão de Ana
92 Paula Hachich de Souza - CRP 06/74115 como colaboradora e a inclusão como
93 membro da comissão da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira.
94 Encaminhamento: O plenário referenda a alteração de Ana Paula Hachich como
95 membro da Comissão. **III) CRP SP e FÓRUM DOS CONSELHOS ATIVIDADE FIM**
96 **DA SAÚDE (FCAFS): CONJUNTURA –** Moacyr Miniussi Bertolino Neto lembra ao
97 plenário que o CRP-SP está como coordenador do Fórum dos Conselhos e que ele,
98 atualmente, é o representante do CRP no grupo. Comunica que existe um impasse
99 entre o Ministério da Saúde e o Conselho de Medicina, pois o CRM reivindica o poder
100 de decidir quem poderia atuar ou não no Brasil, enquanto o Ministério da Saúde diz
101 que esse é o papel deles. Inicia-se uma campanha de diversos conselhos para
102 fortalecer o papel dos conselhos, no sentido de que os conselhos comecem a articular
103 a volta da discussão do Exame de Proficiência. Dois se posicionaram contra, um
104 Conselho se absteve e o restante é favorável. Informa que o CRM há muito não
105 estava participando do Fórum e voltou a participar, articulando com o CRO em prol de
106 uma discussão sobre qual é o papel dos conselhos quanto ao exame de proficiência.
107 O conselheiro Silvio Yasui explica que o Exame de Proficiência não resolve a
108 formação e que o CRP é a favor de uma formação de qualidade. A conselheira Sandra
109 Elena Sposito falou que esse assunto vem surgindo dentro dos debates no CRP e que
110 é preciso estar preparado para responder à categoria sobre isso. A conselheira Elisa
111 Zaneratto Rosa ressaltou que deve ir além do posicionamento de princípio: também
112 trazer dados. Questionou a respeito da possibilidade de conquistar outros Conselhos
113 de Classe, bem como outras entidades e associações, para sustentar essa defesa. O



114 primeiro passo é conhecer a posição do CFP sobre esse tema. A conselheira Ermínia
115 Ciliberti sugere dialogar também com os coletivos de estudantes da psicologia e das
116 outras profissões: FNEPAS – Fórum Nacional de Educação das Profissões da Área da
117 Saúde; ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, Abrasco – Associação
118 Brasileira de Saúde Coletiva, Plenária Municipal de Saúde e Associação Paulista de
119 Saúde Pública. Marília coloca que acompanhou essa discussão quando representava
120 o CRP no Fórum dos Conselhos no ano de 2013 e diz que Moacyr Miniussi terá que
121 ter zelo na forma como será colocada a posição do CRP dentro do Fórum.
122 **Encaminhamentos:** O Plenário decidiu que Moacyr Miniussi deverá circular na
123 plenária o documento que os 11 conselhos fizeram sobre o Exame de Proficiência; os
124 conselheiros Moacyr Miniussi, Silvio Yasui e Elisa Zaneratto Rosa retomarão
125 documento anterior feito pelo CFP com posição contrária ao exame de proficiência e
126 revisarão documento antes do dia 18 de março, que será o dia em que esses
127 conselhos irão apresentar seus argumentos em audiência pública. O CRP participará
128 da atividade, mas não dará visibilidade a ela. O Núcleo de Formação deverá
129 organizar evento com APSP, Plenária Estadual de Saúde, Abrasco, Fnepas, COREP e
130 buscar coletivos de estudantes de outras profissões, para dialogar sobre o tema e
131 construir uma posição com melhor embasamento. A partir disso, esse ponto será
132 pedido para o CFP para pautar na APAF de maio para buscar posicionamento do
133 Sistema Conselhos sobre o Exame de Proficiência. **IV) RELATÓRIO DE COMISSÃO**
134 **DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO** – O conselheiro Joari Aparecido Soares de
135 Carvalho colocou que é importante que o CRP trabalhe com uma estrutura de
136 qualidade para a boa realização dos trabalhos dessa Comissão. Colocou que esse
137 trabalho, mesmo para ele, que já participou outras duas vezes dessa comissão, trouxe
138 algumas dúvidas quanto a sua regulamentação. Informa que foi realizada reunião com
139 a participação do setor de Contabilidade, Financeiro e de Compras. O conselheiro
140 José Agnaldo mencionou que, em relação ao método, foi trabalhado por amostragem
141 e por termos numéricos que chamem mais atenção destacando que em 2013 os
142 gastos com indenização trabalhista chegaram ao valor aproximado de R\$ 44.000,00
143 (quarenta e quatro mil reais), valor este que a categoria não cogitaria que o CRP teria
144 e custos de rescisão de contratos de trabalho. E que os funcionários presentes
145 prestaram contas, esclarecendo que são contabilizados como despesas de
146 indenização, por exemplo, custo de rescisão de contratos de trabalho, como era o
147 caso desse custo apresentado. Foram questionados também sobre as obras na
148 Subsede de Ribeirão Preto, devido ao alto custo, mas que está dentro da estimativa.
149 Taxas de serviços bancários somaram-se quase R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)
150 por ano. Informaram que foi detectado problema com documentação de licitação
151 referente à contratação de empresa para a elaboração do novo Plano de Cargos,
152 Carreiras e Salários (PCCS), que não estava com todas as assinaturas necessárias.



153 Como encaminhamentos dessa Comissão de Auditoria saíram as seguintes propostas:
154 1º - Verificar como se reduz custos com taxas bancárias; 2º - Regulamentar essa
155 instância; 3º - Criar manual de sugestões para os componentes dessa instância para
156 que os próximos entrantes tenham uma diretriz para condução dos trabalhos da
157 Comissão; 4º - Propor a discussão sobre essa Comissão na reunião de Tesoureiros da
158 APAF; 5º - A referida Comissão fica com a tarefa de buscar mais elementos sobre a
159 questão do documento problemático de uma licitação ou se instaura uma Comissão de
160 Averiguação para buscar mais dados sobre os problemas relatados com a falta de
161 assinatura na Ata de Licitação. Os conselheiros Agnaldo Gomes e Maria das Graças
162 Mazarin se colocam a disposição para comporem a referida comissão de averiguação.
163 **Encaminhamentos:** O plenário aprovou a prestação de contas apresentada. A
164 Diretoria registrou que o princípio da transparência será mantido, e que se deve adotar
165 um mecanismo para verificar tais dados. O plenário considera encerrado o trabalho da
166 Comissão de Auditoria, todavia designou os conselheiros José Agnaldo, Maria Graça
167 Mazarin e Joari Soares de Carvalho para comporem a comissão de averiguação com
168 a tarefa de trazer mais elementos: após identificar com todos os participantes que
169 cuidaram da licitação, deverá retornar ao plenário quanto à falta de assinatura e
170 sugestões de encaminhamentos para a avaliação de uma possível instauração de
171 Sindicância. Esse ponto será repautado na próxima plenária, e será um ponto
172 prioritário. **V) COMPOSIÇÃO DOS NÚCLEOS** - A conselheira Maria Ermínia Ciliberti
173 inicia o ponto informando que a questão de Álcool e Drogas foi considerada
174 fundamental politicamente desde o Planejamento Estratégico. A conselheira Marília
175 Capponi sugere que quando for montar o grupo de Álcool e Drogas que se coloquem
176 pessoas que entendam sobre legislação, que possam pensar nas Políticas Públicas:
177 pessoas da Educação, da Assistência Social e da Saúde que discutam sobre Álcool e
178 Outras Drogas. Também informou a necessidade de uma assistente técnica da
179 Comissão de Orientação e Fiscalização para que traga as demandas que devem ser
180 respondidas aos psicólogos, bem como informações das fiscalizações. Essa pessoa,
181 segundo a conselheira Marília, seria uma solução concreta para responder as
182 conjunturas existentes hoje. A conselheira presidenta Elisa Zaneratto Rosa questiona
183 o plenário a respeito das problemáticas que podem acontecer caso o tema “Álcool e
184 outras drogas” seja tratado junto com “Medicalização”. O conselheiro Sérgio Garcia
185 defende que a Medicalização seja tratada junto com a temática de Álcool e Drogas
186 pois são temas relacionados. A conselheira Ilana Mountian coloca que a função do
187 Núcleo é articular e fazer essas discussões conjuntas. Mirnamar Pagliuso pondera que
188 a Medicalização seria tratada através do viés da Saúde, mas que não abandonaria as
189 demais interfaces junto à Educação, por exemplo. A conselheira Ermínia diz que a
190 primeira reunião de cada núcleo seria um Planejamento Estratégico para saber onde
191 cada membro pode contribuir para a temática e em qual momento. Marília Capponi



192 pondera que os atores são totalmente distintos e que, apesar de tratar-se de drogas
193 nos dois casos, não seria possível fazer uma articulação “conjunta”, pois a abordagem
194 também é distinta. Adriana Eiko lembra que quando foi feita a escolha de juntar os
195 dois temas, era de conhecimento que seria enfrentada a dificuldade e que, embora
196 sejam espaços políticos diferentes, mas é necessário avançar. Os coordenadores de
197 cada núcleo já foram referendados durante o Planejamento Estratégico.

198 **Encaminhamentos:** Aprovam os seguintes colaboradores nos núcleos:

199 Colaboradores no Núcleo de Educação: Carmem Silva R. Taverna, Luciana Stoppa
200 dos Santos, Roseli Caldas, Ana Carla C. Furlan, Regiane Aparecida Piva, Alacir Villa
201 Valle Cruces, Carla Biancha Angelucci (a consultar), Mônica Cintrão e Ione Xavier.

202 Colaboradores no Núcleo de Justiça: Juliana Paula, Adriana Loche, Guilherme Luz
203 Fenerich e para os subnúcleos temáticos: Flávia Roberta Eugênio (Varas de Família);

204 Luciana Matos e Isabel Hamud (Sistema Prisional), Carolina Andery e Beatriz
205 Brambilla (Segurança Pública) e Maria Cristina Pellini (Porte de Arma). Colaboradores

206 no Núcleo de Psicologia, Comunicação e Mídia: Ana Paula Hachich de Souza
207 (Baixada Santista e Vale do Ribeira), Cinthia Cristina de Rosa Vilas Boas (Campinas),

208 Ednei Sanches Previdente (São José do Rio Preto), João Renato Ciabattari Pagman
209 (Assis), Sandra Elena Sposito (Bauru), Mariana Hasse (Ribeirão Preto), Wilson Flávio

210 Lourenço Nogueira (Vale do Paraíba e Litoral Norte) e Jean Fernandes dos Santos
211 (ABC). Colaboradores no Núcleo de Saúde: Igor Borysow, Rafael Christofolletti, Arlindo

212 da Silva Lourenço, Teresa Cristina Lara (Coordenadora da Comissão de Saúde
213 Mental, Álcool e Outras Drogas da CMS de SP), Clarice Pimentel Paulon (Comissão

214 de Orçamento e Finanças CES), e para os subnúcleos temáticos Dário Schezzi (DST-
215 Aids). Patrícia Garcia, Anna Luiza Monteiro de Barros (Caps Itaim Bibi/Ecosol), Joana

216 Pagliarini (Ecosol) e Fábio Belloni - membro da Comissão de Saúde Mental, Álcool e
217 Outras Drogas da CMS de SP (Saúde Mental), Rafael Marmo (Ato Médico), Andrea

218 Torres (Psicologia Hospitalar), Fábio Souza (Atenção Básica de Saúde), Marcelo
219 Soares Villanueva (Santos), Eliana Aparecida da Silva Pintor (ABC) e Nancy Yassuda

220 (Psicologia do Trabalho), Cássio Rogerio Figueiredo (Saúde Suplementar) e Mariana
221 Hasse (Saúde e Violência). Colaboradores no Núcleo de Sexualidade e Gênero:

222 Sandra Sposito, Ilana Mountian, Janaína Leslão, Ana Ferri, Mariana Farias, Patrícia
223 Porchat, Valeria Melke, Luís Fernando de Oliveira Saraiva, Igor da Costa Borysow,

224 Michele Cristina Matarazzo de Souza, Mariana Hasse e Flavia Eugenio. A CAPL irá
225 enviar, para os núcleos já compostos nesta plenária, a lista de Projetos de Leis cujo

226 teor tem temática referente a cada um desses núcleos, para que possam avaliar quais
227 Projetos de Lei devem ser acompanhados. **VI) APAF - ASSEMBLEIA DAS**

228 **POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS (31 de Maio e 1º de junho de**
229 **2014, Brasília - DF)** - A conselheira Adriana Eiko informa que ocorrerá nos dias 31 de

230 maio em 1º de junho de 2014 a Assembleia das Políticas, da Administração e das



231 Finanças - APAF e questiona o plenário a respeito de quais seriam os temas
232 fundamentais que o CRP-SP deverá sugerir ao CFP como pontos de pauta para a
233 APAF. **Encaminhamentos:** O plenário decidiu que os seguintes pontos serão
234 remetidos para o CFP para que esse coloque na pauta da APAF: 1) Política de
235 Direitos Humanos do Sistema Conselhos (Inspeção Nacional e Campanha Nacional);
236 2) Política de Álcool e Drogas; 3) CREPOP; 4) Ato Médico; 5) Exame de Proficiência;
237 6) Decisão do Superior Tribunal de Justiça sobre Avaliação Psicológica não ser
238 Eliminatória em Concursos Públicos. **VII) POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL
239 E OUTRAS DROGAS E MEDICALIZAÇÃO E PATOLOGIZAÇÃO E SUAS
240 RELAÇÕES COM MOVIMENTOS SOCIAIS** – A conselheira Marília Capponi sugere
241 que seja realizada uma reunião na próxima semana, para reunir os interessados em
242 participar da organização da Semana da Luta Antimanicomial. Após essa reunião,
243 deverá ser remetido às subsedes os encaminhamentos, para que construam as ações
244 da semana. Diante disso, o conselheiro Sergio Garcia informa que na Subsede de
245 Sorocaba será exibido o filme em “Nome da Razão (Sesc)” e realizado “Seminário de
246 Drogas”, em parceria com a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. O
247 conselheiro Dario Teófilo Schezzi e Camila Teodoro informam que nas Subsedes de
248 Ribeirão Preto e do Grande ABC, já estão com as atividades programadas. O plenário
249 coloca também sobre a pertinência do Núcleo de Educação contribuir com a temática.
250 **Encaminhamentos:** O plenário decidiu que os responsáveis pela organização da
251 Semana de 18 de maio serão os conselheiros(as) Dário Henrique Teófilo Schezzi,
252 Marília Capponi, Moacyr Miniussi, Sergio Augusto Garcia Júnior e Guilherme Luz
253 Fenerich. O grupo deverá se reunir na próxima semana com Maria Ermínia Ciliberti e
254 Mirnamar Pagliuso para discutir assuntos relacionados à organização dos eventos da
255 Semana da Luta Antimanicomial. O mote das ações do CRP SP durante os eventos
256 relacionados à Semana da Luta Antimanicomial será “Saúde não se vende, loucura
257 não se prende”. **VIII) RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS** – O Plenário
258 aprovou a recomposição das Comissões Gestora da Baixada Santista e Vale do
259 Ribeira e Grande ABC, bem como a inclusão das(os) colaboradoras(es).
260 **Encaminhamentos:** Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira: Exclusão de
261 Membro: Erica Didier Dantas Galvão (CRP 06/77924). Inclusão de colaboradoras(es):
262 Alice da Silva Moreira (CRP 06/87816) - Controle Social, Comissão de Ética e
263 Comissão de Instrução, Mary Ueta (CRP 06/64673) - Controle Social, Daniel Vicente
264 da Silva (CRP 06/87413) e Guilherme Vicente da Silva (CRP 06/97791). Subsede
265 Grande ABC: Exclusão de Membro: Rafael Campos de Oliveira Dutra (CRP
266 06/90103). Inclusão de colaboradoras(es): Edson Moretti Junior (CRP 06/108964).
267 Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a
268 sessão, da qual eu, conselheira tesoureira Adriana Eiko Matsumoto, lavrei a presente

269 Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, quinze do mês de março de dois
270 mil e quatorze.



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Adriana Eiko Matsumoto

Alacir Villa Valle Cruces

Aristeu Bertelli da Silva

Camila de Freitas Teodoro

Elisa Zaneratto Rosa

Dario Henrique Teofilo Schezzi

Gabriela Gramkow

Lívia Gonsalves Toledo

Graça Maria de Carvalho Camara

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Guilherme Luz Fenerich

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Ilana Mountian

Regiane Aparecida Piva

Janaína Leslão Garcia

Sandra Elena Sposito

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Sergio Augusto Garcia Júnior

José Agnaldo Gomes

Silvio Yasui

Maria Ermínia Ciliberti

Marília Capponi

Moacyr Miniussi Bertolino Neto